

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.294.682 - SP (2018/0115863-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EMPRESA RILO IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA.
ADVOGADOS : MARIA RAFAELA GUEDES PEDROSO PORTO E OUTRO(S) -
SP207247
JULIANA DE LOPES DÓRIA - SP287521
ANDRE LUIZ LIMA GOMES DOS SANTOS - PE033986
AGRAVADO : JERZY REICHMANN
AGRAVADO : EVA TAMARA REICHMANN
ADVOGADO : WAGNER GHERSEL E OUTRO(S) - SP035848

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por EMPRESA RILO S/A IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 109):

AGRAVO Ação de adjudicação compulsória em fase de cumprimento de sentença - Decisão que afastou alegação de nulidade de atos processuais a partir da sentença, por suposto vício de intimação da ré executada Inconformismo desta Descabimento Na fase de conhecimento, não fez a ré requerimento de intimação para advogado específico Serventia que cadastrou a patrona subscritora dos requerimentos da ré para efeito de intimação, de acordo com o art. 135, I, do Tomo I das Normas da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo - À minguia de qualquer comunicação ao juízo, válidas as intimações feitas em nome da advogada cadastrada ainda na fase de conhecimento Inteligência do art. 105, § 4º, do CPC/2015 Decisão mantida Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 120-122).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 124-133), a parte recorrente sustentou violação aos arts. 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e 14 do Código de Processo Civil, sob o argumento de que é inaplicável o Código de Processo Civil de 2015 ao presente caso, uma vez que todos os atos que ensejaram a interposição do agravo de instrumento foram praticados sob a vigência do CPC/73.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 157-162 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 208-214 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Com efeito, a parte se insurge em face do acórdão recorrido alegando ofensa aos arts. 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e 14 do Código de Processo Civil, sob o argumento de que é inaplicável o Código de Processo Civil de 2015 ao presente caso, uma vez que todos os atos que ensejaram a interposição do agravo de instrumento foram praticados sob a vigência do CPC/73.

O Tribunal de origem, no ponto, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 110-111):

Em dezembro de 2013, requereram os agravados o desarquivamento (fl. 41) e deram início à execução do ônus sucumbencial (fls. 45-48). Determinou-se, antes de tudo, a republicação da sentença, porquanto não originalmente disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em nome da advogada da agravante (fls. 53 a 55), o que assim se procedeu (fl. 56). À mímica de recurso, prosseguiu a fase executiva (fl. 63) e, não pago voluntariamente o valor devido (fl. 69), realizou-se penhora online nas contas bancárias da agravante (fl. 78). **Não ofertada impugnação (fl. 84), expediu-se mandado de levantamento em favor do advogado dos agravados, em novembro de 2015 (fl. 88).**

Só depois de todo esse trâmite, finalmente se manifestou a agravante no feito originário, sustentando que a patrona nos autos registrada (Thais Maria Novellino Natale) desde 2012 não integra mais os quadros do escritório, fato tal que teria ensejado vício nas intimações ocorridas desde a publicação da sentença em diante (fls. 90-92).

Pois bem, realmente, não há de se falar em qualquer irregularidade nas intimações dos atos processuais.

Na já mencionada petição copiada às fls. 14-15, a ora agravante não fez nenhum pedido no sentido de as publicações serem feitas em nome de algum advogado específico. Em vista disso, foi a patrona subscritora cadastrada para efeitos de intimação, agindo a serventia corretamente, nos termos do art. 135, I, das Normas da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo (Tomo I Normas de Serviço dos Ófícios de Justiça), o qual determina:

(...)

Tendo ocorrido ulterior modificação no quadro de profissionais integrantes do escritório de advocacia contratado pela agravante para seu patrocínio na causa, deveria esta ter oportunamente informado tal fato ao juízo, eventualmente apontando outros causídicos aos quais deveriam ser dirigidas as publicações pela imprensa oficial. Assim não se procedeu, não havendo fundamento à anulação de atos processuais da fase de cumprimento de sentença.

Nesse contexto, atentando-se aos argumentos trazidos pela parte insurgente e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial.

Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. CESSÃO DE CRÉDITO. ARRESTO DE DUPLICATAS. TRANSAÇÃO NÃO CAMBIAL. NECESSIDADE DE REGISTRO EM CARTÓRIO. ACÓRDÃOS. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 283/STF E 5 E 7/STJ.

1. É inadmissível o apelo especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1318705/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 12/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO PARA USO DOMICILIAR. RECUSA INDEVIDA. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA QUE LIMITA A FORMA DE TRATAMENTO. SÚMULA 83/STJ. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. PRETENSÃO DA PARTE AGRAVADA DE CONDENAÇÃO DA AGRAVANTE À MULTA DO ART. 1021, § 4º, DO CPC/2015. IMPROCEDÊNCIA. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do recurso especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1348606/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 19/12/2018)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator